



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

PRINCIPAIS INDICADORES

	Consolidado		
	2022	2021	Variação %
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	2.148.362	1.990.069	8,0
Outras receitas	507	448	13,2
(-) Deduções à receita operacional	(269.930)	(229.006)	17,9
Receita operacional líquida	1.878.939	1.761.511	6,7
(-) Custos e outros resultados operacionais	(1.372.086)	(1.580.308)	-13,2
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	506.853	181.203	179,7
Ebitda	785.670	465.289	68,9
Margem Ebitda - %	41,8%	26,4%	15,4 p.p.
Resultado financeiro	(156.731)	(183.467)	-14,6
Resultado antes dos impostos	350.122	(2.264)	15.564,8
Lucro líquido do exercício	234.785	7.251	3.138,0
Margem líquida - %	12,5%	0,4%	12,1 p.p.
Quantidade de ações			
Ações ordinárias	798.355	798.355	-
Lucro líquido básico e diluído por ação (Controladora)	0,28248	0,00951	2.871,6

O resultado consolidado da Rio Paranapanema Participações apresentou uma performance bastante positiva no ano de 2022. Esse resultado pode ser explicado majoritariamente pelos fatores abaixo:

- Crescimento de R\$ 155,3 milhões na receita bruta do ambiente de comercialização livre (ACL), principalmente em virtude da aplicação dos reajustes anuais pelos indicadores de inflação nas datas de atualização dos contratos;
- Crescimento de R\$ 101,5 milhões na receita bruta de comercialização, principalmente em virtude do maior volume de energia comercializado na comparação entre os dois anos;
- Redução de R\$ 105,8 milhões na receita bruta do mercado de curto prazo (MCP), principalmente em razão da queda nos preços de liquidação de energia no curto prazo (PLD) dado a recuperação no cenário hidrológico na comparação entre os dois exercícios.

RECEITA

A Companhia e suas controladas apresentaram crescimento de 6,7%, ou R\$ 117,4 milhões na receita operacional líquida. Esse resultado pode ser explicado majoritariamente pelos fatores abaixo:

- Crescimento de R\$ 155,3 milhões na receita bruta do ambiente de comercialização livre (ACL), principalmente em virtude da aplicação dos reajustes anuais pelos indicadores de inflação nas datas de atualização dos contratos;
- Crescimento de R\$ 101,5 milhões na receita bruta de comercialização, principalmente em virtude do maior volume de energia comercializado na comparação entre os dois anos;
- Redução de R\$ 105,8 milhões na receita bruta do mercado de curto prazo (MCP), principalmente em razão da queda nos preços de liquidação de energia no curto prazo (PLD) dado a recuperação no cenário hidrológico na comparação entre os dois exercícios.

CUSTOS OPERACIONAIS E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Consolidado		
	2022	2021	Variação %
Pessoal	(97.611)	(87.425)	11,7
Material	(8.393)	(8.151)	3,0
Serviços de terceiros	(44.910)	(57.289)	-21,6
Energia comprada	(649.413)	(1.054.901)	-38,4
Depreciação e amortização	(278.817)	(284.086)	-1,9
Encargos de uso da rede elétrica	(178.555)	(153.843)	16,1
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(36.507)	(26.189)	39,4
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(7.585)	(7.363)	3,0
Seguros	(9.678)	(9.354)	3,5
Aluguéis	(549)	(2.464)	-77,7
(Constituições)/reversões de provisões para riscos	(477)	1.854	-125,7
Compartilhamento de despesas	(20.676)	(15.351)	34,7
(Constituição)/reversão parcial estimada pela não recuperabilidade de ativos	(30.518)	33.366	-191,5
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	-	10.430	-100,0
Contratos futuros de energia	(560)	84.314	-100,7
Outros	(7.837)	(3.856)	103,2
	(1.372.086)	(1.580.308)	-13,2

Os custos e os outros resultados operacionais apresentaram redução de R\$ 208,2 milhões, equivalente a -13,2%, na comparação entre os anos de 2022 e 2021. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Queda relevante de R\$ 361,9 milhões dos custos com compra de energia nas controladas de Geração, principalmente em virtude da recuperação no cenário hidrológico e consequente melhoria do GSF, além da queda do PLD;
- Elevação de R\$ 41,2 milhões na compra de energia do segmento de comercialização, já considerados os efeitos da metodologia contábil de marcação a mercado (MTM) nos contratos futuros de energia, decorrente principalmente do aumento dos volumes de energia comercializados nessa modalidade entre os dois períodos.
- Impacto pontual negativo de R\$ 10,4 milhões em virtude do lançamento, em 2021, do complemento dos efeitos da recuperação de custos com compra de energia em razão da extensão da concessão (acordo GSF). Por tratar-se de efeito positivo não recorrente do exercício anterior, ocorre essa variação negativa em 2022;
- Variação negativa de R\$ 63,9 milhões, pelo complemento de R\$ 30,5 milhões, na provisão da perda estimada pela não recuperabilidade de ativos na controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim, sendo que em 2021 houve reversão parcial de R\$ 33,4 milhões. Essa variação se deve, principalmente, à variação da taxa de retorno e às premissas utilizadas para a projeção dos resultados futuros;
- Elevação de R\$ 24,7 milhões nos custos com encargos de uso da rede elétrica, principalmente em decorrência do reajuste das tarifas dos encargos de Transmissão (TUST);
- Aumento de R\$ 10,3 milhões na CFURH, diante da melhoria no cenário hídrico que acarretou um maior despacho de geração na comparação entre os dois anos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Ativo Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.230	17.893	312.514	227.347	Forneecedores	13	9	14	508.983	579.209
Clientes	6	-	-	231.673	227.857	Salários, provisões e contribuições sociais		-	-	19.761	18.375
Tributos a recuperar	7	-	1.737	5.283	21.440	Tributos a recolher	7	11.151	11	69.111	9.766
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	8	162.178	-	-	-	Encargos setoriais	14	-	-	37.557	31.518
Partes relacionadas	17	-	-	2.134	-	Debêntures	15	-	-	271.877	381.240
Serviços em curso		-	-	23.418	24.134	Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	16	67.994	-	75.539	1.515
Contratos futuros de energia	19	-	-	210.179	121.520	Partes relacionadas	17	748	-	63.874	62.559
Outros créditos		-	-	9.268	7.776	Contratos futuros de energia	19	-	-	159.716	98.637
Total do ativo circulante		197.408	19.630	794.469	630.074	Outras obrigações		-	-	1.418	5.643
Ativo Não Circulante						Total do passivo circulante		79.902	25	1.207.836	1.188.462
Realizável a longo prazo						Ativo Não Circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	-	-	1.401	1.039	Forneecedores	13	-	-	36.542	28.129
Clientes	6	-	-	804	2.679	Encargos setoriais	14	-	-	5.943	6.585
Tributos a recuperar	7	-	-	2.358	2.272	Indenização socioambiental		-	-	18.616	17.680
Tributos diferidos	25.2	-	-	154.365	150.416	Debêntures	15	-	-	707.353	911.955
Depósitos judiciais	9	2.784	2.646	65.630	61.829	Provisões para riscos	18	-	-	39.693	44.762
Contratos futuros de energia	19	-	-	115.425	74.665	Contratos futuros de energia	19	-	-	80.525	11.625
Outros créditos		-	-	1.513	1.909	Plano de aposentadoria	20	-	-	11.108	42.188
		2.784	2.646	341.496	294.809	Outras obrigações		-	-	9.400	12.623
Investimentos	10	1.888.315	1.901.914	-	-	Total do passivo não circulante		79.902	25	909.180	1.075.547
Imobilizado	11	-	-	2.318.734	2.521.516	Total do passivo		159.804	50	2.117.016	2.264.009
Intangível	12	8.555	9.415	750.787	823.872	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		1.899.654	1.913.975	3.411.017	3.640.197	Capital social	21	798.355	798.355	798.355	798.355
		2.097.062	1.933.605	4.205.486	4.270.271	Reserva de capital		(16.467)	(16.467)	(16.467)	(16.467)
						Reserva legal		45.160	33.884	45.160	33.884
						Reserva de lucros		922.348	815.138	922.348	815.138
						Ajuste de avaliação patrimonial		267.764	302.670	267.764	302.670
						Total do patrimônio líquido		2.017.160	1.933.580	2.017.160	1.933.580
						Participação não controladores		-	-	71.310	72.682
						Patrimônio líquido consolidado		2.017.160	1.933.580	2.088.470	2.006.262
						Total do passivo e patrimônio líquido		2.097.062	1.933.605	4.205.486	4.270.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

★ **continuação** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	22	-	-	1.878.939	1.761.511
Custos operacionais					
Pessoal		-	-	(85.458)	(74.005)
Material		-	-	(7.450)	(7.840)
Serviços de terceiros		-	-	(30.805)	(34.702)
Energia comprada	23.2	-	-	(649.413)	(1.054.901)
Depreciação e amortização	11 e 12	-	-	(272.492)	(279.081)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	-	-	(178.555)	(153.843)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		-	-	(36.507)	(26.189)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		-	-	(7.585)	(7.363)
Seguros		-	-	(9.678)	(9.354)
Aluguéis		-	-	(38)	(109)
(Contituições)/reversões de provisões para riscos		-	-	(941)	1.777
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)		-	-	-	10.430
Outros		-	-	(2.289)	(685)
Resultado bruto		-	-	597.728	125.646
Outros resultados operacionais					
Pessoal		-	-	(12.153)	(13.420)
Material		-	-	(8)	(943)
Serviços de terceiros		(1.188)	(1.514)	(14.105)	(22.587)
Depreciação e amortização	11 e 12	(860)	(1.056)	(6.325)	(5.005)
Aluguéis		-	-	(511)	(2.355)
Reversões de provisões para riscos		-	-	-	464
Compartilhamento de despesas (Constituição)/reversão parcial estimada pela não recuperabilidade de ativos	17.3	(7.376)	(6.163)	(20.676)	(15.351)
Contratos futuros de energia	19	-	-	(30.518)	33.366
Outros		(393)	(4)	(5.548)	(3.171)
Resultado de participações societárias		-	-	(90.875)	55.557
Equivalência patrimonial	10	261.606	15.214	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		251.789	6.469	506.853	181.203
Resultado financeiro	24	(6.779)	1.110	44.196	115.572
Despesas		(751)	(2)	(200.927)	(299.039)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.530)	1.108	(156.731)	(183.467)
Imposto de renda e contribuição social	25.1	-	-	-	-
Corrente		(18.741)	12	(131.511)	(1.282)
Diferido		-	-	16.174	10.797
Lucro líquido do exercício		(18.741)	12	(115.337)	9.515
Atribuível a		225.518	7.589	234.785	7.251
Acionistas controladores		225.518	7.589	225.518	7.589
Acionistas não controladores		-	-	9.267	(338)
Lucro líquido básico e diluído por ação (Controladora)	26	0,28248	0,00951	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		225.518	7.589	234.785	7.251
Outros resultados abrangentes do exercício					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão		29.895	1.829	31.080	1.903
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão		(10.164)	(622)	(10.567)	(647)
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido		4.694	4.791	4.880	4.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais		(1.596)	(1.629)	(1.659)	(1.694)
Total do resultado abrangente do exercício		248.347	11.958	258.519	11.795
Atribuível a		248.347	11.958	248.347	11.958
Acionistas controladores		248.347	11.958	248.347	11.958
Acionistas não controladores		-	-	10.172	(163)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido Consolidado
		Capital	Legal	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	798.355	(16.467)	33.884	815.138	-	316.614	(13.944)	1.933.580	72.682	2.006.262
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	225.518	-	-	225.518	9.267	234.785
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	29.895	1.185	31.080
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	(10.164)	(403)	(10.567)
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	4.694	186	4.880
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(1.596)	(63)	(1.659)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	225.518	22.829	248.347	10.172	10.772	258.519
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	87.477	(87.477)	-	-	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(29.742)	29.742	-	-	-	-
	-	-	-	-	57.735	(57.735)	-	-	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência entre reservas	-	-	11.276	203.983	(215.259)	-	-	(97.000)	(4.818)	(101.818)
Dividendos intermediários	-	-	-	(97.000)	-	-	-	(67.994)	(2.925)	(70.919)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	182	7	189
Dividendos prescritos	-	-	-	182	-	-	-	-	(3.810)	(3.810)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	45	47
Juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	45	-	-	-	45	2	47
Saldo em 31 de dezembro de 2022	798.355	(16.467)	45.160	922.348	-	258.879	8.885	2.017.160	71.310	2.088.470
Saldo em 31 de dezembro de 2020	798.355	(16.467)	33.504	1.007.506	-	376.117	(18.313)	2.180.702	72.838	2.253.540
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	7.589	-	-	7.589	(338)	7.251
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	1.829	74	1.903
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	(622)	(25)	(647)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	4.791	191	4.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	-	-	(1.629)	(65)	(1.694)
	-	-	-	-	7.589	-	-	11.958	(163)	11.795
Ajuste investimento	-	-	-	5	-	-	-	5	1	6
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	90.157	(90.157)	-	-	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(30.654)	30.654	-	-	-	-
	-	-	-	5	59.503	(59.503)	-	5	1	6
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência entre reservas	-	-	380	66.712	(67.092)	-	-	(259.257)	-	(259.257)
Dividendos intermediários	-	-	-	(259.257)	-	-	-	172	6	178
Dividendos prescritos	-	-	-	172	-	-	-	-	6	178
Saldo em 31 de dezembro de 2021	798.355	(16.467)	33.884	815.138	-	316.614	(13.944)	1.933.580	72.682	2.006.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia") foi constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de geração de energia elétrica, além de participar de licitações e/ou leilões de transferência de participação acionária de sociedades do setor de energia elétrica, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações, podendo, para tanto, desenvolver qualquer das seguintes atividades: estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia, especialmente elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A capacidade instalada em operação de sua Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. ("Rio Paranapanema") é de 2.265,3 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu e UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e Canoas II.

A capacidade instalada da Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. ("Sapucaí-Mirim") é de 32,5 MW, composta pelas Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Retiro e PCH Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

A Controlada CTG Brasil Trading Ltda. atua, no mercado de comercialização de energia, a fim de auferir resultados por meio da variação de preços de energia, dentro de uma política que considera limites de riscos pré-estabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido principalmente ao fato de que não há compromisso de combinar operações de compra e de venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado.

As participações diretas e indiretas nas Controladas estão descritas a seguir (as Controladas e a Companhia são denominadas Grupo ou Consolidado):

Empresas controladas	2022		2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	–	96,19%	–
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	–	100,00%	–
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	96,19%	0,01%	96,19%

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 413.367 no Consolidado, em virtude basicamente dos seguintes fatos:

- Constituição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no passivo circulante;
- Classificação das debêntures 4ª emissão série 2 R\$ 83.350 e 8ª emissão série 1 R\$ 80.000 do passivo não circulante para o passivo circulante;
- O Grupo, dentro do seu saldo de Fornecedores, possui um passivo relativo à liminar que discute a redução da Garantia Física (vide nota explicativa nº 1.4.1) que possui um saldo de R\$ 412.714 em 31 de dezembro de 2022. Essa obrigação possui característica de passivo pelo efeito de um ativo contingente e somente está classificada no curto prazo pela indefinição acerca do prazo para solução do caso. Pela avaliação dos consultores jurídicos, o Grupo conta com uma expectativa favorável acerca dos resultados dessa ação. Se normalizados os efeitos do passivo de liminar mencionado acima, o CCL seria de R\$ 655 no consolidado.

A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Concessão

1.2.1. Contrato de concessão

1.2.1.1. Controlada direta

Em 22 de setembro de 1999, a controlada Rio Paranapanema Energia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de Uso de Bem Público (UBP) para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Rio Paranapanema Energia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher à Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Rio Paranapanema Energia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/1998 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Rio Paranapanema Energia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8 MWm sejam disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Rio Paranapanema Energia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Rio Paranapanema Energia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Contrato de concessão Aneel	Controladora indireta		Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
	Usina	Tipo					
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	101,0	44,7	22/09/1999	17/04/2032
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	414,0	169,1	22/09/1999	30/03/2032
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	73,8	52,3	22/09/1999	11/05/2032
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	643,0	329,1	22/09/1999	21/04/2032
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	525,0	195,6	22/09/1999	19/04/2032
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	354,0	173,9	22/09/1999	15/04/2032
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2037
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	72,0	45,6	30/07/1998	26/07/2037
				2.265,3	1.064,5		

1.2.2. Resoluções autorizativas

1.2.2.1. Controlada indireta

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das PCH's Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes - SEBAND - Ltda. (Seband).

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 2015, Rio Paranapanema Participações S.A. transferiu o controle societário da Sapucaí-Mirim para a Rio Paranapanema Energia por meio de constituição de reserva de capital.

De acordo com a REA 13.079/2022, publicada em 01/12/2022, foi ajustado o prazo de outorga, conforme a Lei 14.120/2021, a qual alterou a Lei 9.427/1996.

Resolução Aneel	Controlada indireta		Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
	Usina	Tipo					
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	16,0	8,1	10/10/2002	21/11/2034
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	16,5	8,1	18/12/2002	07/02/2042 (*)
				32,5	16,2		

(*) Prazo ajustado de acordo com a REH 13.079/2022.

1.3. Ação ordinária - (GSF)

A severa crise hidrológica, ocorrida entre 2012 e 2018, causou uma redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas (UHEs), elevando o despacho das usinas termoeletricas ao máximo. Este fato, somado a uma mudança estrutural da matriz elétrica, com a entrada massiva de fontes intermitentes, levou ao deslocamento hidráulico e consequente redução do GSF, fazendo com que o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingisse seu teto em diversos meses nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no MCP, em decorrência do GSF.

Após longo período de discussões, inclusive judiciais, foi editada a Lei nº 14.052/2020, que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de UHEs participantes do MRE, pela parte da exposição não correspondente ao risco hidrológico (proposta de repactuação do risco hidrológico no ambiente de contratação livre (ACL).

Após muitas análises, e, em atendimento ao cronograma da Lei nº 14.052/2020, o Grupo protocolou na Aneel a documento para a adesão ao acordo do GSF, conforme abaixo:

- 29 de setembro de 2021: UHEs Capivara, Chavantes, Taquaruçu, Salto Grande, Jurumirim, Rosana e às PCHs Palmeiras e Retiro.
- 08 de outubro de 2021: UHEs Canoas I e II (cuja titularidade é compartilhada pela controlada Rio Paranapanema Energia com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

Em 03 de dezembro de 2021, o Grupo protocolou recurso administrativo perante a Aneel em que se pleiteia a restituição de parte da correção do IGP-M incidente sobre os valores pagos por ocasião da quitação do passivo ligado à discussão do GSF a partir da decisão pela adesão ao "Acordo GSF" nos termos da Lei 14.120/2021. A parcela pleiteada corresponde à metodologia aplicada pela Aneel e CCEE onde foram desconsiderados no cálculo da atualização monetária os meses em que o IGP-M apresentou variação negativa (deflação). Os valores envolvidos são da ordem de R\$ 61 milhões.

Ao longo do ano de 2022, a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou a emissão das Resoluções Autorizativas (REAs) que alteraram o termo de vigência e aprovaram as minutas dos Termos Aditivos aos contratos de concessões, como segue:

- REA nº 11.345, de 15 de março de 2022 - PCH Palmeiras e UHEs Jurumirim, Salto Grande, Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana.
- REA nº 11.715, de 19 de abril de 2022 - PCH Retiro.
- REA nº 12.255, de 05 de julho de 2022 - UHEs e Canoas I e II.

Em seguida, assinaram os aditivos aos contratos de concessões formalizando a extensão dos prazos de vigência de outorga das concessões:

Em julho de 2022, Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 76/1999 - UHEs Jurumirim, Salto Grande, Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana;

Em outubro de 2022, Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 183/1998 - UHEs Canoas I e II (em sociedade com a CBA). Devido ao disposto na Lei nº 14.120/2021 quanto à possibilidade de deslocamento do prazo de outorga de autorizações que entraram em operação até 1 de setembro de 2020 e que não foram objeto de penalidade por descumprimento do cronograma de implantação, o Grupo pleiteou o reconhecimento deste direito para a PCH Palmeiras. Após análise do pleito pela Aneel, com reconhecimento do cumprimento dos requisitos da lei, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 13.079/2022 de 16 de novembro de 2022 determinando o ajuste do prazo da outorga da PCH, que passou a ter vigência até 07 de fevereiro de 2042.

Considerando que o prazo de extensão de outorga relativo à adesão ao acordo do GSF da PCH Palmeiras divulgado na REA 11.345/2022 não foi realizado considerando o prazo real de outorga remanescente, a CCEE deverá realizar novo cálculo de extensão da outorga relativo à adesão da PCH Palmeiras ao acordo do GSF, considerando o prazo de outorga divulgado na REA 13.079/2022.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

1.4.1. Revisão da garantia física de 2017

Em 2017 houve revisão ordinária de garantia física, com a publicação da Portaria nº 178 que definiu os novos valores de garantia física de energia das UHEs despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Assim, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Controlada Rio Paranapanema em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, Controlada Rio Paranapanema ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação desta portaria e questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Entre os anos de 2018 e 2020, Controlada Rio Paranapanema obteve liminares para afastar a aplicabilidade da Portaria em relação às UHEs, no entanto as sentenças proferidas em 2019 foram desfavoráveis, das quais houve apelação.

Em 16 de dezembro de 2020, foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabilizou o efeito da liminar da Controlada Rio Paranapanema no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/2017.

Em 16 de agosto de 2022, houve o julgamento da apelação interposta pela Controlada Rio Paranapanema, referente a ação que tratava a legitimidade da revisão de garantia física ocorrida em 2017, a votação foi favorável à Controlada Rio Paranapanema em 4 votos a 1, na 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), que deu provimento ao recurso da Controlada Rio Paranapanema, visto que o entendimento do colegiado é de que as UHE's já tiveram suas garantias físicas revistas em 2013 e 2015, e por isso não caberia nova revisão. Contra essa decisão cabe recurso direcionado aos Tribunais Superiores.

Para mais informações, conforme nota explicativa nº 13.

1.4.2. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a última revisão ordinária de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

O período crítico atualmente considerado para o cálculo da garantia física é de junho de 1949 a novembro de 1956, conforme estabelecido na Portaria nº 74/2020-MME. No entanto, quando se consideram os dados hidrológicos de 2020 (em novembro de 2021 foram aprovados os dados hidrológicos do ano de 2020) a constatação técnica inequívoca é que últimos anos constituem um novo período crítico. De fato, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) afirmou em seu Plano de Operação Energética 2021-2025 que o período de junho de 2012 a dezembro de 2020 é o novo período crítico para o SIN.

Apesar das inúmeras manifestações do Grupo na esfera administrativa, alertando para o fato de que o sistema possui um novo período crítico, o MME deu andamento na revisão da Garantia Física sem considerar essa informação mais atualizada e mais realista.

A Portaria nº 709, com a nova Garantia Física, rateada de acordo com o período crítico antigo, foi publicada em 30 de novembro de 2022, que passa a ser vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme tabela abaixo:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Garantia física (MW médio) a partir de 2023
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	42,5
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	168,9
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	49,7
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	328,6
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	Paranapanema	195,4
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	173,6
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	51,5
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	43,4
					1.053,6

Por essa razão, em 29 de dezembro de 2022 o Grupo ingressou em um pedido de tutela antecipada para a controlada Rio Paranapanema, para que seja reconhecida a inaplicabilidade do período crítico de 1949 a 1954 e, alternativamente, que se suspendam, até o julgamento do mérito, os efeitos da revisão ordinária conforme Portaria 709/2022. Ainda não foi proferida decisão ao pedido de tutela.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2023.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* - (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com entidade de previdência privada, intangível recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como pela avaliação de ativos imobilizados ao seu custo atribuído (*deemed cost*), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OPCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pelo Grupo, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

i. Revisão de garantia física (nota explicativa nº 1.4.1);

ii. Vida útil de ativos de longa duração e *impairment* (nota explicativa nº 11.5);

iii. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (nota explicativa nº 13.2);

iv. Provisões para riscos (nota explicativa nº 18); e

v. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2).

2.6. Base de Consolidação

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos nas empresas controladas possuem seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). Nas demonstrações financeiras consolidadas, as Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os principais procedimentos para a consolidação foram a eliminação de investimentos da Controladora nas suas Controladas; eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre essas controladas e destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.

Também, as transações entre as entidades controladas e os ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das Controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A posição dos investimentos em Controladas em 31 de dezembro de 2022 está descrita na nota explicativa nº 10.

2.7. Representação de cifras comparativas

A Companhia está reapresentando a Demonstração do Resultado (DRE), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para atender o princípio da comparabilidade dos saldos anteriormente divulgados e uma melhor apresentação das informações. As Cifras de Contratos futuros referente aos ganhos e perdas não realizados, que antes eram apresentadas separadamente na Receita Líquida e nos Custos Operacionais, agora são apresentadas de forma líquida nos Outros Resultados Operacionais. Os efeitos da reapresentação estão demonstrados a seguir:

Receita operacional líquida	Consolidado		
	Original	2021	Reapresentado
	1.923.609	(162.098)	1.761.511
Custos operacionais			
Contratos futuros de energia	(77.784)	77.784	–
Outros resultados operacionais			
Contratos futuros de energia	–	84.314	84.314

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de P&D, em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 14.1.2).




CTG Brasil
Rio Paranapanema Participações S.A.
 CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados do Grupo, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.3. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 não geraram impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os novos pronunciamentos que entrarão em vigor estão demonstrados abaixo e a perspectiva é que também não gerem nenhum impacto financeiro nas próximas divulgações:

- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/ IFRS 17);
- Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture* (CPC 36 (R3)/IFRS 10) e (CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1)/IAS 1);
- Divulgação de Políticas Contábeis à (CPC 26 (R1)/IAS 1) e IFRS Declaração da Prática 2;
- Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23/IAS 8); e
- Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (CPC 32/ IAS 12).

4. GESTÃO DE RISOS DO NEGÓCIO
4.1. Riscos financeiros

As atividades do Grupo as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pelo Grupo, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado
4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o GSF, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD. Estes fatores podem ser mitigados através de uma estratégia de proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Grupo. Essa proteção pode ser obtida através do mecanismo de deixar parte da garantia física das Usinas descontratada e, também, pela compra de energia no mercado quando se tem evidência no curto prazo de um GSF pior do que o planejado inicialmente.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de debêntures de longo prazo e caixa e equivalentes de caixa.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.1.3. Risco relacionado ao preço de energia nas operações de contratos futuros de energia

A partir de outubro de 2020, o Grupo ingressou no mercado de operações de contratos futuros de energia, com o objetivo de auferir resultados com as variações de preço de energia, dentro dos limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela Administração, expondo a Companhia ao risco de preço desta *commodity*.

As operações de contratos futuros de energia são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado.

Este valor justo é estimado, em grande parte, nas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações. A taxa de desconto utilizada para fins de cálculo do valor justo, consiste na taxa de Certificados de Depósitos Interbancários (DI), acrescida da taxa de risco da contraparte líquida da Companhia.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE.

4.1.3. Risco de liquidez

O Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Fazem a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, em cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

O Grupo investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

O Grupo monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, o Grupo poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) do Grupo e os respectivos prazos de amortização com base nos índices projetados. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Emissão	Série	Remuneração	Consolidado				Total
			Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Mais de dois anos	
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	—	—	158.273	—	158.273
8ª	1	Variação 106,75% do DI ao ano	—	85.562	—	—	85.562
8ª	2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	—	11.634	122.601	121.016	255.251
9ª	1	Variação DI + 1,40% ao ano	13.425	—	12.992	192.456	218.873
9ª	2	Variação DI + 1,65% ao ano	24.296	—	23.506	43.285	351.987
			37.721	97.196	194.771	358.342	473.003
							1.161.033

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. possui debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atenuadas neste exercício e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa nº 15.4 e 15.5).

4.3. Risco de regulação

As atividades das Controladas, Rio Paranapanema Energia e CTG Trading, e a Controlada indireta Sapucaí-Mirim, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações do Grupo estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade das suas Controladas operarem suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional das Controladas e afetar negativamente o resultado do Grupo.

As Controladas utilizam-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para o Grupo.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 18.

4.5. Análise da sensibilidade

O Grupo, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40/IFRS 7 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e aplicações financeiras, o Grupo está exposto na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2022 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação do		Saldo contábil em 2022	Mudança/alteração razoavelmente possível	
		indexador do valor contábil	cenário provável			
Controladora						
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	DI	13,65%	11,90%	35.207	4.190	
Consolidado						
Instrumentos financeiros	Controlada	Indexador	Variação do indexador do valor contábil	Variação do cenário provável	Saldo contábil em 2022	Mudança/alteração razoavelmente possível
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	Consolidado	DI	13,65%	11,90%	312.412	37.178
Aplicações financeiras vinculadas	Consolidado	DI	13,65%	11,90%	1.401	167
					313.813	37.345
Passivos financeiros						
Debêntures 4ª emissão série 2	Rio Paranapanema Energia S.A.	IPCA + 6,07% ao ano	5,61%	5,47%	(146.971)	(17.445)
Debêntures 8ª emissão série 1	Rio Paranapanema Energia S.A.	106,75% do DI ao ano	13,65%	11,90%	(84.876)	(10.782)
Debêntures 8ª emissão série 2	Rio Paranapanema Energia S.A.	IPCA + 5,50% ao ano	5,61%	5,47%	(216.975)	(24.449)
Debêntures 9ª emissão série 1	Rio Paranapanema Energia S.A.	DI + 1,40% ao ano	13,65%	11,90%	(191.056)	(24.980)
Debêntures 9ª emissão série 2	Rio Paranapanema Energia S.A.	DI + 1,65% ao ano	13,65%	11,90%	(339.352)	(20.870)
					(979.230)	(98.526)
					(665.417)	(61.181)
Total da exposição líquida						

4.6. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revertendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos, debêntures e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumariados:

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Debêntures	15	—	979.230	1.293.195
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5,2	(35.230)	(17.893)	(227.347)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5,3	—	(1.401)	(1.039)
Dívida líquida	(35.230)	(17.893)	665.315	1.064.809
Patrimônio líquido	2.017.160	1.933.580	2.088.470	2.006.262
Total do capital	1.981.930	1.915.687	2.753.785	3.071.071
Índice de alavancagem financeira - (%)*	- 1,8	- 0,9	24,2	34,7

* Dívida líquida/Total do capital

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 24).

5.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixas e bancos	23	24	102	4.386
Aplicações financeiras	35.207	17.869	312.412	222.961
Certificado de depósito bancário (CDB)	35.207	17.869	312.412	222.961
	35.230	17.893	312.514	227.347

5.3. Aplicações financeiras vinculadas

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sendo compostas por montantes referente aos aluguéis dos terrenos nas bordas dos rios e que tem aplicação restrita em gastos ambientais.

5.4. Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2021

	Gastos Ambientais
Aplicações	271
Rendimentos	140
Resgates	(49)
	1.401

Saldo em 31 de dezembro de 2022

5.5. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas
A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
AAA	AAA	AAA	25.009	17.891	168.444	122.634
AA	AA	AA	2	—	4	—
—	AAA	AA	—	2	—	6
AAA	—	AAA	—	—	24.704	4
AAA	—	—	—	—	—	10.607
AAA	AAA	AA	—	—	28.802	95.135
AAA	AAA	—	10.219	—	91.961	—
			35.230	17.893	313.915	228.386

6. CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica facturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE.

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

O Grupo não mantém contas a receber com garantia de nenhum título de dívida.

6.1. Composição

	Consolidado				
	À vencer Até 90 dias	Acima de 365 dias	Vencidos Até 90 dias	2022	2021
Contratos ACL	196.686	—	1.568	198.254	165.095
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	33.419	804	—	34.223	65.441
	230.105	804	1.568	232.477	230.536

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Administração do Grupo não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pelo Grupo referentes aos contratos bilaterais e de leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2022, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para a Companhia e sua Controlada.

6.3. Qualidade de crédito dos clientes

As transações relevantes para os negócios do Grupo e suas controladas em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no Ambiente de Contratação Livre (ACL), através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas no Grupo em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito do Grupo de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do *rating* interno.

O *rating* interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 - Excelente; 2 - Bom; 3 - Satisfatório; 4 - Regular; 5 - Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais do Grupo possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa) além de contratos que prevêem o pagamento contra registro, onde a energia só é alocada ao cliente após a realização do pagamento previsto.

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes do Grupo com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, segundo o rating interno, o Grupo possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

Rating interno	Consolidado			
	2022	R\$	2021	R\$
1 - Excelente	—	—	0,3	521
2 - Bom	48,0	95.279	55,8	92.125
3 - Satisfatório	37,7	74.677	26,2	43.230
4 - Regular	14,3	28.298	17,7	29.219
5 - Crítico	—	—	—	—
	100,0	198.254	100,0	165.095

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado			
	2022	2021	2022		2021	
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	-	1.737	256	819	10.995	819
PIS e COFINS - Retenção Faturamento	-	-	5.021	-	10.445	-
INSS	-	-	6	1.539	-	1.453
	-	1.737	5.283	2.358	21.440	2.272
Passivo						
IRPJ e CSLL a pagar anual	2.237	-	35.880	-	372	-
PIS e COFINS a pagar mensal	8.914	9	18.788	-	4.893	-
ICMS	-	-	13.792	-	3.910	-
Outros	-	2	651	-	591	-
	11.151	11	69.111	-	9.766	-

8. DIVIDENDOS A RECEBER E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

8.1. Dividendos a receber

	Controladora			
	Saldo em 2021	Dividendos a receber	Dividendos recebidos	Saldo em 2022
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	195.504	(121.654)	73.850
CTG Trading Brasil Ltda.	-	6.566	-	6.566
	-	202.070	(121.654)	80.416

8.2. Juros sobre capital próprio a receber

	Controladora			
	Saldo em 2021	JSCP a receber	JSCP recebido	Saldo em 2022
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	81.762	-	81.762
	-	81.762	-	81.762

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Fiscais	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Variações monetárias	-	-	138	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	2.784	-

	Consolidado					
	Fiscais	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.640	4.792	142	-	38.255	61.829
Variações monetárias	1.011	351	8	1	2.537	3.908
Adições	-	-	12	213	-	225
(-) Baixas	-	(48)	(70)	(214)	-	(332)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.651	5.095	92	-	40.792	65.630

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões para causas judiciais com classificação de risco de perda prováveis (vide nota explicativa nº 18) e todos são atualizados monetariamente.

i. Fiscais:

a. **Débitos em disputa referente a IRRF, IRPJ e CSLL** - Depósitos judiciais referentes ao Mandado de Segurança ajuizado com o objetivo de obter liminar para que seja reconhecida a quitação de valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), IRPJ e CSLL sem a exigência de multa moratória, face à denúncia espontânea realizada. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 10.594.

b. **Ação Anulatória** - O depósito judicial foi realizado visando suspender a exigibilidade do débito PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. O entendimento é de esses débitos devem ser cancelados, uma vez que a aquisição de energia de Itaipu seria isenta de PIS/COFINS. O valor depositado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.424.

ii. **Regulatórios - TUSD-g** - Depósitos judiciais em conexão com a obtenção de decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela Aneel pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) e de pagar o passivo acumulado entre julho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 para uma descrição do andamento das discussões referentes a TUSD-g.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Movimentação dos investimentos

Os investimentos da Companhia são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, levando em conta as premissas definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos é reconhecida na demonstração do resultado.

	Participação acionária	2021	Dividendos	Plano de pensão		Dividendos e JSCP prescritos		Equivalência patrimonial	2022
				JSCP	ajuste	JSCP	prescritos		
Controladas									
CTG Trading Brasil Ltda.	100,00%	66.933	(6.566)	-	-	-	-	27.648	88.015
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	1.834.978	(195.504)	(96.191)	22.829	227	233.958	1.800.297	
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	3	-	-	-	-	-	3	
		1.901.914	(202.070)	(96.191)	22.829	227	261.606	1.888.315	

	Participação acionária	2020	Ajuste investimento	Plano de pensão	Equivalência patrimonial	2021
CTG Trading Brasil Ltda.	100,00%	43.256	-	-	23.677	66.933
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	1.838.904	172	4.368	(8.466)	1.834.978
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	-	-	-	3	3
		1.882.160	172	4.368	15.214	1.901.914

10.2. Informações financeiras das Controladas

	% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controladas						
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	96,19%	3.714.684	3.954.920	1.843.072	2.047.256
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	100,00%	444.368	273.621	356.356	206.691
Controlada indireta						
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	0,01%	231.063	261.008	2.284	10.037

	Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controladas						
Rio Paranapanema Energia S.A.	1.871.612	1.907.664	1.339.545	1.316.729	243.225	(8.800)
CTG Brasil Trading Ltda.	88.012	66.930	509.497	414.701	27.648	23.675
Controlada indireta						
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	228.779	250.971	29.898	30.082	(22.192)	30.784

11. IMOBILIZADO

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido ao Grupo entender que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente	
	Rio Paranapanema	Rio Sapucaí Mirim
Em serviço		
Reservatório, barragens e adutora	9	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	13	36
Máquinas e equipamentos	13	23
Veículos	4	4
Móveis e utensílios	8	15
Outros	3	-

A Administração do Grupo entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão/autorização por parte das controladas Rio Paranapanema e Sapucaí Mirim e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, O Grupo avaliará os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outros resultados operacionais".

11.1. Composição

	Consolidado				
	2022	2021	2022	2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
				Taxa média anual de depreciação	
Em serviço					
Terrenos	224.953	-	224.953	224.953	0,0%
Reservatório, barragens e adutora	3.476.503	(2.071.454)	1.405.049	1.549.940	4,2%
Edificações, obras civis e benfeitorias	429.431	(289.310)	140.121	149.556	2,2%
Máquinas e equipamentos	1.164.150	(541.441)	622.709	653.789	3,8%
Veículos	11.282	(7.726)	3.556	3.416	7,9%
Móveis e utensílios	1.419	(1.073)	346	356	2,7%
Outros	4.700	(2.126)	2.574	3.170	16,1%
	5.312.438	(2.913.130)	2.399.308	2.585.180	
Em curso					
Terrenos	20.423	-	20.423	17.759	
Reservatório, barragens e adutora	4.376	-	4.376	3.540	
Edificações, obras civis e benfeitorias	766	-	766	737	
Máquinas e equipamentos	49.890	-	49.890	39.062	
Veículos	64	-	64	978	
	75.519	-	75.519	62.076	
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(156.093)	-	(156.093)	(125.740)	
	(156.093)	-	(156.093)	(125.740)	
Total do ativo imobilizado	5.231.864	(2.913.130)	2.318.734	2.521.516	
(-) Obrigações especiais	(4.568)	1.138	(3.430)	(600)	
	5.227.296	(2.911.992)	2.315.304	2.520.916	

11.2. Movimentação

	Consolidado						Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	
Em serviço							
Terrenos	224.953	-	-	-	-	-	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.549.940	-	-	-	(144.891)	-	1.405.049
Edificações, obras civis e benfeitorias	149.556	-	-	-	(9.435)	-	140.121
Máquinas e equipamentos	653.789	42 (3.124)	-	16.008	(44.006)	-	622.709
Veículos	3.416	-	-	1.031	(891)	-	3.556
Móveis e utensílios	356	-	-	28	(38)	-	346
Outros	3.170	162	-	-	(758)	-	2.574
	2.585.180	204 (3.124)	-	17.067	(200.019)	-	2.399.308
Em curso							
Terrenos	17.759	839	-	-	-	-	1.825
Reservatório, barragens e adutora	3.540	836	-	-	-	-	4.376
Edificações, obras civis e benfeitorias	737	29	-	-	-	-	766
Máquinas e equipamentos	39.062	26.883	-	(16.055)	-	-	49.890
Veículos	978	65	-	(979)	-	-	64
Móveis e utensílios	-	104	-	(104)	-	-	-
	62.076	28.756	-	(17.138)	-	-	1.825
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(125.740)	(30.518)	165	-	-	-	(156.093)
	(125.740)	(30.518)	165	-	-	-	(156.093)
Total do ativo imobilizado	2.521.516	(1.558)	(2.959)	(71)	(200.019)	1.825	2.318.734
(-) Obrigações especiais	(600)	(3.099)	-	-	269	-	(3.430)
	2.520.916	(4.657)	(2.959)	(71)	(199.750)	1.825	2.315.304

	Consolidado						Valor líquido em 2021
	Valor líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	
Em serviço							
Terrenos	224.953	-	-	-	-	-	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.694.932	-	-	-	(144.992)	-	1.549.940
Edificações, obras civis e benfeitorias	164.672	-	-	(164)	(14.952)	-	149.556
Máquinas e equipamentos	679.539	(1.561)	-	20.138	(44.327)	-	653.789
Veículos	3.971	(239)	-	809	(1.125)	-	3.416
Móveis e utensílios	395	-	-	5	(44)	-	356
Outros	2.913	982	-	-	(725)	-	3.170
	2.771.375	982 (1.800)	-	20.788	(206.165)	-	2.585.180
Em curso							
Terrenos	17.140	11	-	-	-	608	17.759
Reservatório, barragens e adutora	2.828	712	-	-	-	-	3.540
Edificações, obras civis e benfeitorias	691	46	-	-	-	-	737
Máquinas e equipamentos	40.540	18.428	-	(19.906)	-	-	39.062
Veículos	1.220	567	-	(809)	-	-	978
	62.419	19.764	-	(20.715)	-	608	62.076
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(159.106)	33.366	-	-	-	-	(125.740)
	(159.106)	33.366	-	-	-	-	(125.740)
Total do ativo imobilizado	2.674.688	54.112	(1.800)				



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

—★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1. Composição

	Controladora				Consolidado				
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média anual de amortização
Em serviço									
Uso do bem público (UBP)	—	—	—	—	53.494	(39.680)	13.814	15.233	2,7%
Software	1.072	(1.072)	—	—	51.467	(36.900)	14.567	11.493	6,4%
Licença operacional (LO)	—	—	—	—	4.235	(4.235)	—	—	0,0%
Servidão de passagem	—	—	—	—	190	—	190	265	0,0%
Direito de autorização (seband)	17.195	(8.640)	8.555	9.415	17.195	(8.640)	8.555	9.415	5,0%
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	—	—	—	—	859.675	(147.038)	712.637	786.151	8,6%
	18.267	(9.712)	8.555	9.415	986.256	(236.493)	749.763	822.557	
Em curso									
Software	—	—	—	—	817	—	817	1.293	—
Licença operacional (LO)	—	—	—	—	185	—	185	—	—
Servidão de passagem	—	—	—	—	22	—	22	22	—
	—	—	—	—	1.024	—	1.024	1.315	
Total do ativo intangível	18.267	(9.712)	8.555	9.415	987.280	(236.493)	750.787	823.872	
(-) Obrigações especiais	—	—	—	—	(2.207)	—	—	—	—
	18.267	(9.712)	8.555	9.415	985.073	(234.286)	750.787	823.872	

12.2. Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	Valor líquido em 2021	Amortização	Valor líquido em 2022	Valor líquido em 2021	Amortização	Valor líquido em 2022
Em serviço						
Direito de autorização (seband)	9.415	(860)	8.555	9.415	(860)	8.555
Total do intangível	9.415	(860)	8.555	9.415	(860)	8.555
Em serviço						
Uso do bem público (UBP)	15.233	—	—	—	(1.419)	13.814
Software	11.493	—	—	6.348	(3.274)	14.567
Servidão de passagem	265	(75)	—	—	—	190
Direito de autorização (seband)	9.415	—	—	—	(860)	8.555
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	786.151	—	—	—	(73.514)	712.637
	822.557	(75)	6.348	(79.067)	—	749.763
Em curso						
Software	1.293	5.801	—	(6.277)	—	817
Licença operacional (LO)	—	185	—	—	—	185
Servidão de passagem	22	—	—	—	—	22
	1.315	5.986	(75)	(6.277)	—	1.024
Total do ativo intangível	823.872	5.986	(75)	71	(79.067)	750.787

	Controladora			Consolidado		
	Valor líquido em 2020	Amortização	Valor líquido em 2021	Valor líquido em 2020	Amortização	Valor líquido em 2021
Em serviço						
Software	196	(196)	—	—	—	—
Direito de autorização (seband)	10.275	(860)	9.415	—	—	—
Total do ativo intangível	10.471	(1.056)	9.415	—	—	—
Em serviço						
Uso do bem público (UBP)	16.652	—	—	—	(1.419)	15.233
Software	3.822	—	9.900	(2.229)	—	11.493
Servidão de passagem	265	—	—	—	—	265
Direito de autorização (seband)	10.275	—	—	—	(860)	9.415
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	849.245	10.430	—	(73.524)	—	786.151
	880.259	10.430	9.900	(78.032)	—	822.557
Em curso						
Software	4.844	6.422	(9.973)	—	—	1.293
Servidão de passagem	22	—	—	—	—	22
	4.866	6.422	(9.973)	—	—	1.315
Total do ativo intangível	885.125	16.852	(73)	(78.032)	—	823.872

12.3. Itens que compõem o intangível

12.3.1 Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

12.3.2 Servidão de passagem

Servidão de passagem é o direito que as controladas Paranapanema Energia e Rio Sapucaí Mirim possuem de passar sobre a propriedade alheia mediante a uma contraprestação financeira, que é registrada no ativo fixo.

12.3.3 Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 76/1999 da controlada Rio Paranapanema Energia S.A, como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

12.3.4 Direito de autorização (Seband)

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes - SEBAND - Ltda. ("Seband").

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Sapucaí-Mirim, concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

12.3.5 Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (do acordo GSF) (Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física;
 - às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes; e
 - por geração fora da ordem de mérito e importação.
- Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

13. FORNECEDORES

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

15.1. Composição

Controlada	Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	Consolidado				
					Circulante		Não circulante		
					Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
Rio Paranapanema Energia S.A.	4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.350	63.621	146.971	—	—
Rio Paranapanema Energia S.A.	8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	80.000	4.876	84.876	—	—
Rio Paranapanema Energia S.A.	8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	—	8.909	8.909	160.000	48.066
Rio Paranapanema Energia S.A.	9ª	1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	—	11.082	11.082	180.000	(26)
Rio Paranapanema Energia S.A.	9ª	2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	—	20.039	20.039	320.000	(687)
					163.350	108.527	271.877	660.000	47.353
					Consolidado				
					Circulante		Não circulante		
					Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
Rio Paranapanema Energia S.A.	4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	59.484	142.809	83.350	53.530
Rio Paranapanema Energia S.A.	7ª	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	28.344	128.344	—	—
Rio Paranapanema Energia S.A.	8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	80.000	4.848	84.848	80.000	(62)
Rio Paranapanema Energia S.A.	8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	—	8.456	8.456	160.000	36.494
Rio Paranapanema Energia S.A.	9ª	1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	—	5.833	5.833	180.000	(312)
Rio Paranapanema Energia S.A.	9ª	2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	—	10.950	10.950	320.000	(1.045)
					263.325	117.915	381.240	823.350	88.605



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CTG Brasil

Rio Parapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

15.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo
Debêntures 8ª emissão série 2
Debêntures 9ª emissão série 1
Debêntures 9ª emissão série 2

Consolidado				
	2024	2025	2026	Total
Debêntures 8ª emissão série 2	103.966	104.100	—	208.066
Debêntures 9ª emissão série 1	179.974	—	—	179.974
Debêntures 9ª emissão série 2	—	159.657	159.656	319.313
	283.940	263.757	159.656	707.353

15.3. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Amortização de custos de transação
Apropriação de juros
Apropriação de variação monetária
Pagamento de debêntures
Pagamento de juros
Pagamento de variação monetária
Saldo em 31 de dezembro de 2022

	4ª Emissão		7ª Emissão		8ª Emissão		9ª emissão		Total
	Série 2	Série 1	Série 2	Série 1	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	279.689	128.344	164.786	204.950	185.521	329.905	1.293.195		
Amortização de custos de transação	78	250	249	178	312	329	1.396		
Apropriação de juros	13.988	4.749	12.080	11.496	24.238	43.752	110.303		
Apropriação de variação monetária	15.557	6.311	—	11.393	—	—	33.261		
Pagamento de debêntures	(83.325)	(100.000)	(80.000)	—	—	—	(263.325)		
Pagamento de juros	(17.576)	(7.498)	(12.239)	(11.042)	(19.015)	(34.634)	(102.004)		
Pagamento de variação monetária	(61.440)	(32.156)	—	—	—	—	(93.596)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	146.971	—	84.876	216.975	191.056	339.352	979.230		

15.4. Covenants Financeiros

As cláusulas restritivas previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Quarta, Quinta, Sétima, Oitava e Nona emissões da Rio Parapanema são:

- i. Índice entre divisão do *Ebitda* pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- ii. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo *Ebitda* que deverá ser igual ou inferior a 3,20; e
- iii. Redução de capital da Controlada poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Controlada, na 7ª, 8ª e 9ª poderá ser realizada em observância ao seguinte índice financeiro: quociente da divisão da dívida total da Controlada pelo somatório da dívida total e Capital Social da Controlada, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras da Controlada igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos) vezes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Controlada atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos covenants, conforme abaixo:

Índice financeiro

	Limites	2022	2021
Ebitda/Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	4,91	2,07
Dívida líquida/Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	1,00	2,26
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,54	0,61

15.5. Covenants não financeiros

- i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30 milhões para as 4ª e 5ª debêntures e R\$ 32 milhões para a 7ª e 8ª debêntures e R\$ 70 milhões;
- ii. 4ª/5ª/9ª debêntures - Transferência de controle acionário direto ou indireto da Controlada, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Controlada em dois níveis em relação a classificação de risco vigente na data da emissão;
- iii. 7ª/8ª/9ª debêntures - Transferência de controle acionário direto da Controlada, desde que, após tal transferência, a Moody's ou a Standard & Poor's, ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário direto da Controlada, a classificação de risco da Controlada em dois níveis em relação à classificação de risco da Controlada vigente na data de emissão;
- iv. Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Controlada, exceto se cumpridas exigências dos itens a, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures, para a 7ª, 8ª e 9ª emissão somente os itens a e b; e
- v. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponível no site https://www.ctgbr.com.br/rio-parapanema/informacoes-aos-investidores.

16. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

16.1. Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas do Grupo e reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

	Controladora				
	Saldo em 2021	Intermediários/propostos	Dividendos pagos	Dividendos em 2022	
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	110.002	(64.670)	45.332	
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	—	54.992	(32.330)	22.662	
	—	164.994	(97.000)	67.994	
	Consolidado				
	Saldo em 2021	Intermediários/propostos	Dividendos pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2022
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	110.002	(64.670)	—	45.332
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	—	54.992	(32.330)	—	22.662
Acionistas minoritários	1.287	7.743	(4.715)	(189)	4.126
	1.287	172.737	(101.715)	(189)	72.120

(*) Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

16.2. Juros sobre capital próprio a pagar

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas do Grupo e reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

	Consolidado				
	Saldo em 2021	JSCP a pagar	JSCP pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2022
Acionistas minoritários	228	3.239	(1)	(47)	3.419
	228	3.239	(1)	(47)	3.419

(*) Os Juros sobre capital próprio não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas em mercado.

17.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 6.400 para 2022, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 950 para o Conselho de Administração; (b) R\$ 4.150 para a Diretoria e (c) R\$ 1.300 para o Conselho Fiscal. Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	Consolidado	
	2022	2021
Benefícios de curto prazo para administradores	4.965	4.365
Benefícios pós-emprego	202	198
Conselho fiscal	1.181	1.134
	6.348	5.697

17.2. Composição

Com o intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes e seguindo as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016, foram firmados os seguintes contratos:

- Compartilhamento de despesas, junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A. e suas subsidiárias Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 2.018/17;
- Em 01 de junho de 2022, foi firmado contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as controladas do Grupo e as empresas Rio Canoas Energia S.A., Rio Paraná Energia S.A., Rio Verde Energia S.A e Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda, as partes estão dentro do mesmo grupo econômico (China Three Gorges Brasil Energia S.A.); e
- A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a sua Controlada Rio Parapanema Energia S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	—	2.578	2.022
Rio Canoas Energia S.A.	—	78	18	—
Rio Verde Energia S.A.	—	44	4	—
Rio Parana Energia S.A.	—	997	61.274	—
CTG Trading Brasil Ltda.	—	—	—	60.537
Rio Parapanema Energia S.A.	748	—	—	—
São Manoel Energia S.A.	—	1.015	—	—
	748	2.134	63.874	62.559

17.3. Resultado

	Controladora		Total
	2022	2021	
Compartilhamento de infraestrutura	—	—	(423)
	(7.376)	(6.163)	(6.163)
	(7.376)	(6.163)	(6.586)

CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.
Rio Parapanema Energia S.A.

	Consolidado							
	2022		2021		2022		2021	
Venda de energia	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Venda de energia	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Prestitos de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	(22.415)	(22.415)	—	—	(15.351)	(15.351)	—
Rio Canoas Energia S.A.	—	272	272	—	—	—	—	—
Rio Verde Energia S.A.	—	164	164	—	—	—	—	—
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	—	—	—	—	—	—	(6.391)	(6.391)
Rio Paraná Energia S.A.	(11.790)	—	1.303 (10.487)	60.018 (60.537)	—	—	—	(519)
São Manoel Energia S.A.	6.022	—	6.022	—	—	—	—	—
	6.022 (11.790)	(20.676)	(26.444)	60.018 (60.537)	(15.351)	(6.391)	(22.261)	(6.391)

O Grupo manteve contrato de prestação de serviços administrativos junto à CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda., e anuído pela Aneel conforme Despacho nº 2.756, de 28 de novembro de 2018, que segue às determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes. A partir de 01 de novembro de 2021 os serviços prestados pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. passaram a integrar o contrato de compartilhamento de despesas, junto à CTG BR, conforme Despacho Aneel nº 3620/2021. Com esse aditivo, a partir de dezembro de 2021, a CTG BR assumiu as atividades antes prestadas pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.

18. PROVISÕES PARA RISCOS

- As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:
- i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, o Grupo considera sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração do Grupo, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituída, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 9).

18.1. Provisões para riscos

18.1.1. Composição

	Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas	
Trabalhistas	9.130	(1.872)	7.258	6.584
Fiscais	20.213	(32)	20.181	20.233
Cíveis	2.316	(275)	2.041	9.496
Desapropriações de terras	—	—	—	6.997
Indenizações de benfeitorias	2.316	(275)	2.041	2.499
Ambientais	12.626	(2.413)	10.213	8.449
	44.285	(4.592)	39.693	44.762

18.1.2. Movimentação

	Consolidado				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.584	20.233	6.997	8.449	44.762
Provisões para riscos					
Provisões/(reversões)	(244)	(680)	—	(90)	1.491
Provisões (*)	—	—	1.825	—	1.825
Variações monetárias	1.061	619	—	194	2.337
Variações monetárias (*)	—	—	839	—	839
Acordos/pagamentos	(37)	(163)	(9.661)	(544)	(10.405)
	780	(224)	(6.997)	(440)	1.954 (4.927)
Depósitos judiciais					
Variações monetárias (Adições)	(117)	(158)	—	(22)	(438)
Adições (*)	—	—	(258)	(49)	(307)
Adições (*)	—	—	(2.772)	—	(2.772)
Baixas	11	330	—	262	603
Baixas (*)	—	—	2.772	—	2.772
	(106)	172	—	(18)	(190)
	7.258	20.181	—	2.041	10.213 (39.693)

Saldo em 31 de dezembro de 2022

	Consolidado				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.615	18.790	6.389	9.657	43.177
Provisões para riscos					
Provisões/(reversões)	(1.125)	347	—	534	(244)
Variações monetárias	1.286	335	—	254	2.718
Variações monetárias (*)	—	—	608	—	608
Acordos/pagamentos	(5)	—	—	—	(5)
	156	682	608	788	3.077
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	14	(11)	—	(15)	40
Reclassificações (i)	(201)	772	—	—	(2.091)
	(187)	761	—	(15)	(2.051)
	6.584	20.233	6.997	2.499	8.449 (44.762)

Saldo em 31 de dezembro de 2021

(i) Reclassificações realizadas entre depósitos judiciais com provisões atreladas.
(*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão das ações serem referentes a desapropriação de terrenos.

18.1.2.1. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, as principais provisões relativas aos riscos trabalhistas com expectativas de perda provável são referentes as ações movidas por ex-empregados, Sindicatos e terceirizados, envolvendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação salarial, entre outros pedidos.

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, o que acarretou a redução das provisões.

18.1.2.2. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2022, as principais provisões relativas aos riscos fiscais com expectativas de perda provável são referentes a Controlada Rio Parapanema Energia S.A. sendo que os principais riscos são:

- i. Processo Administrativo nº 19515.003540/2005-96 decorrente de um Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2

Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2.2. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2022, as principais contingências fiscais na Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. e na Controladora com expectativa de perda possível são:

- Mandado de Segurança nº 0025355-84.2004.4.03.6100, que visa a concessão de liminar para ser reconhecido o direito da Controlada de não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 10.594 (R\$ 10.032 em 31 de dezembro de 2021).
- Processos administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL), bem como de tributos pagos a maior. Em todos os casos a Controlada apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 69.230 (R\$ 56.300 em 31 de dezembro de 2021). Aumento decorre de novos processos administrativos, bem como da atualização monetária;
- Autos de Infração que discutem para cobrança de CSLL, IRPJ e Lucro Inflacionários referentes aos anos calendário de 2005 a 2010 respectivamente. Em todos os casos foram apresentados Recursos Voluntários que está pendente de julgamento pelo Conselho de Contribuintes. Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 40.775 (R\$ 64.062 em 31 de dezembro de 2021).
- Ação anulatória que discute o saldo negativo de CSLL do ano calendário que foi adquirido pela Controlada na cisão parcial da CESP. Decisão de primeira instância desfavorável. O valor classificado como possível é de R\$ 28.486 em 31 de dezembro de 2022.
- Auto de Infração aplicado pela Receita Federal em face da Rio Paranapanema Participações com a imposição de multa pela apresentação da ECF referente ao ano calendário de 2017. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 28.054. O montante de R\$ 30.257 está pulverizado em vários outros processos (R\$ 11.435 em 31 de dezembro de 2021).

18.2.3. Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 126.636, sendo que as principais contingências são referentes a:

- Por conta da recusa da Controlada Rio Paranapanema em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota explicativa nº 13 ("Encargos de Uso da Rede Elétrica"), a Aneel autou a Controlada por meio do Auto de Infração nº 014/2009-SFG por supostamente não ter a Controlada (i) firmado os CUSD com as concessionárias de distribuição; e (ii) não ter quitado o passivo da TUSD-g acumulado de julho de 2004 a junho de 2009. Por conta disso, a Controlada ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, a sentença denegou o pedido de liminar feito pela Controlada no Mandado de Segurança impetrado, mantendo-se a multa imposta pela Aneel. Em outubro de 2013 a Controlada requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em dezembro de 2013, a Controlada interpôs recurso de apelação o qual ainda está pendente de julgamento. A classificação é de perda possível, e o valor é de R\$ 40.791 (R\$ 38.255 em 31 de dezembro de 2021);
- Em 2002, AES Sul distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 288 da Aneel. A Controlada Rio Paranapanema pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora e o valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 50.951 (R\$ 47.843 em 31 de dezembro de 2021); e
- Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF)/Aneel nº 2.517/2010 e 1.175/2012, respectivamente. A Controlada pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 26.056 (R\$ 19.742 em 31 de dezembro de 2021).

18.2.4. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, a principal contingência cível na Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. com expectativa de perda possível, refere-se a uma Ação de Desapropriação em que se discute a desapropriação e valoração do imóvel para a construção do reservatório da UHE Palmeiras. A decisão de primeira instância foi favorável à Controlada indireta considerando a perícia realizada. O processo atualmente aguarda decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo diante do recurso apresentado pelo réu Millenard Badran. Atualmente o valor envolvido com risco de perda possível é de R\$ 28.193.

19. CONTRATOS FUTUROS DE ENERGIA

As operações de contratos futuro de energia são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado.

As operações foram realizadas pela Controlada CTG Trading até 2026 e foram reconhecidas pelo seu valor justo na data de fechamento de cada operação. São reconhecidos na rubrica de outros resultados operacionais os ganhos/perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado das operações em aberto na data das demonstrações financeiras.

Este valor justo é estimado, em grande parte, pelas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações. A taxa de desconto utilizada para fins de cálculo do valor justo, consiste na taxa de Depósitos Interbancários (DI), acrescida da taxa de risco da contraparte definida pela Controlada.

Os saldos patrimoniais, referentes às transações de contratos futuros de energia em aberto estão abaixo apresentados.

	Consolidado			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado da operação	Ativo	Passivo	Resultado da operação
Circulante	210.179	159.716	50.463	121.520	98.637	22.883
Não circulante	115.425	80.525	34.900	74.665	11.625	63.040
	325.604	240.241	85.363	196.185	110.262	85.923

A mutação dos saldos referente às transações de contratos futuros de energia em aberto é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	85.923
Novos	13.840
Realizados	(24.318)
Varição do valor justo	9.918
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85.363
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.609
Novos	85.923
Realizados	(1.609)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	85.923

19.1. Análise de sensibilidade sobre as operações de trading

As análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, considerando a elevação de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre as curvas de mercado de dezembro de 2022. Os resultados obtidos são estes:

	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Mudança/alteração razoavelmente possível	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Resultados não realizados em contratos futuros de energia	(4.873)	(2.436)	85.363	2.436	4.873

A variação da taxa de desconto não impacta de forma importante o valor justo apurado, visto a curta *duration* da carteira de contratos futuros em aberto, motivo pelo qual não foi apresentada análise de sensibilidade.

20. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

20.1. Benefícios a empregados

20.1.1. Obrigações de aposentadoria

A Controlada Rio Paranapanema Energia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método do crédito unitário projetado e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 110/2022 (CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados).

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, a Controlada reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de descontos condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

A Controlada reconheceu um passivo atuarial no seu balanço patrimonial com contrapartida em resultados abrangentes, em virtude de perdas apuradas no cálculo atuarial resultante da queda da taxa de desconto utilizada no cálculo dos ativos e passivos do plano de aposentadoria, sem efeito em resultado.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Controlada.

20.2. Contribuição definida

No plano de contribuição definida, a Controlada Rio Paranapanema Energia faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privado conforme opção do colaborador para esse benefício.

No plano de contribuição definida, a Controlada faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privado conforme opção do colaborador para esse benefício. A Controlada não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas, cujo montante foi de R\$ 191 (R\$ 167 em 31 de dezembro de 2021).

20.3. Benefício definido

A Controlada Rio Paranapanema Energia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios supracitados.

O Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão - PSAP Rio Paranapanema é estruturado na modalidade de Benefício definido, criado em 1º de setembro de 1999 e encontra-se aberto à novas adesões para os empregados da Controlada. O plano garante uma suplementação do benefício do INSS mediante à aposentadoria e invalidez aos empregados inscritos no plano, conforme as regras definidas pelo Regulamento do Plano, atualmente está aberto para a entrada de novos participantes.

O custeio do plano é determinado pelo Regulamento através das contribuições dos participantes, aposentados e patrocinadores.

A Controlada designou a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária independente, para conduzir a avaliação atuarial anual, visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados, obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 110/2022. Durante este processo, todas as premissas atuariais foram revisadas. A avaliação atuarial adotou o método do crédito unitário projetado e o ativo líquido do plano é avaliado pelo valor justo.

As obrigações com a Vivest (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica de plano de pensão e aposentadoria.

20.3.1. Conciliação dos ativos/passivos a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	2022	2021
Obrigação de benefício definido	(401.112)	(429.589)
Valor justo do ativo do plano	390.004	387.401
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(11.108)	(42.188)

No exercício de 2022, a Controlada contabilizou uma redução em seu passivo de longo prazo no valor de R\$ 31.080 (R\$ 1.903 em 31 de dezembro de 2021) em contrapartida ao patrimônio líquido (outros resultados abrangentes), conforme estabelecido pelo CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados.

20.3.2. Movimento do (passivo)/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	2022	2021
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano anterior	(42.188)	(44.091)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(6.076)	(6.093)
Contribuições da empresa realizadas no exercício	1.356	1.112
Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	35.800	6.884
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano	(11.108)	(42.188)

20.3.3. Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício

	2022	2021
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	429.589	415.243
Custo do serviço corrente	3.539	3.951
Custo do serviço	2.220	2.991
Contribuição de participante	1.319	960
Custo dos juros	39.411	29.008
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(27.244)	(24.005)
Redimensionamento da obrigação	(44.183)	5.392
Obrigação de benefício definido no final do ano	401.112	429.589

20.3.4. Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	2022	2021
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	387.401	371.152
Rendimento real dos ativos	27.172	38.182
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	35.555	25.906
Rendimento do valor justo do ativo do plano	(8.383)	12.276
Contribuições no exercício	2.674	2.072
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(27.244)	(24.005)
Valor justo dos ativos no final do exercício	390.004	387.401

20.3.5. Despesa anual reconhecida no resultado do exercício

	2022	2021
Custo do serviço corrente	2.220	2.991
Custo dos juros sobre a obrigação de benefício definido	39.411	29.008
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(35.555)	(25.906)
Total	6.076	6.093

20.3.6. Remunerações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(38.560)	(60.765)
Efeito da alteração de premissas financeiras	52	(232)
Efeito da alteração de premissas demográficas	(5.675)	66.389
Efeito da experiência do plano	8.383	(12.276)
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(35.800)	(6.884)

20.3.7. Premissas utilizadas nas avaliações atuariais

20.3.7.1. Hipóteses econômicas

	2022	2021
Taxa nominal de desconto (*)	10,41% ao ano	9,47% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	10,41% ao ano	9,47% ao ano
Taxa nominal de crescimento salarial	6,60% ao ano	6,60% ao ano
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,00% ao ano	4,00% ao ano
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,00% ao ano	4,00% ao ano
Fator de capacidade		
Salários	100,00%	100,00%
Benefícios	100,00%	100,00%

(*) Utilização de taxas nominais

20.3.7.2. Hipóteses demográficas

	2022	2021
Mortalidade geral	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Mercer Disability suav. Em 50%	Light Fraca suavizada em 30%
Mortalidade de inválidos	AT - 1949 Masculina agravada em 10%	AT - 1949 Masculina agravada em 10%
Composição familiar	Funcesp 2014	Funcesp 2014
Tempo de contribuição INSS:	35 Homens e 30 Mulheres	35 Homens e 30 Mulheres
Tempo de filiação ao Plano: 15 anos	Tempo de filiação ao Plano: 15 anos	Tempo de filiação ao Plano: 15 anos
Experiência Funcesp suavizada em 50%	Experiência Funcesp suavizada em 50%	Experiência Funcesp suavizada em 50%

20.3.8. Dados dos participantes

	2022	2021
Número de Participantes		
Ativos	208	210
Aposentados	190	189
Inválidos	15	14

20.3.9. Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 401.112, a Controlada realizou análise de sensibilidade da principal premissa atuarial, a taxa de desconto, considerando uma variação de 1p.p., tendo como resultado os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto (+1,00 p.p.)	(-1,00 p.p.)
Impacto na Obrigação de Benefício Definido	(36.943)	44.438
Total da Obrigação de Benefício Definido	364.169	445.550
Duração da obrigação (em anos)	9,66	10,51

20.3.10. Estimativa da despesa de benefício definido projetada para o próximo exercício

Custo do serviço corrente	921
Custo dos juros	40.323
Rendimento esperado dos ativos do plano	(39.399)
Custo da obrigação de benefício definido	1.845

20.3.11. Outras informações sobre as obrigações atuariais

O valor esperado de contribuições da Controlada para o exercício de 2022 é de R\$ 2.537 (R\$ 1.722 em 31 de dezembro de 2021).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

1 ano	29.690
Entre 2 e 5 anos	132.328
Entre 5 e 10 anos	203.779

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social subscrito e integralizado

Ações Ordinárias (ON) são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável, observadas as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

O capital social subscrito e integralizado da Rio Paranapanema Participações é de R\$ 798.355 dividido em 798.355 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma.

	Posição acionária em 2022 e 2021	
	Ações ordinárias	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	532.263.127	66,67
Huikai Clean Energy S.À.R.L.	266.091.646	33,33
	798.354.773	100,00

21.2. Reservas de capital

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Deságio na subscrição de ação	(6.626)	(6.626)
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Rio Sapucaí-Mirim Energia	(9.841)	(9.841)
	(16.467)	(16.467)

21.3. Custo atribuído

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de determinados itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, sendo a contrapartida registrada no patrimônio líquido, outros resultados abrangentes.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

22.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

O Grupo reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
 - É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo; e
 - Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:
- O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O Grupo reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Sociedade, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.





CTG Brasil

Rio Parapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	Consolidado	
	2022	2021
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	1.528.537	1.373.264
Comercialização de energia	558.267	456.816
Mercado de curto prazo (MCP)	50.862	156.687
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	10.696	3.302
	2.148.362	1.990.069
Outras receitas		
Outras receitas	507	448
	507	448
Total receita operacional bruta	2.148.869	1.990.517
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(186.482)	(173.732)
ICMS	(70.528)	(42.216)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(12.920)	(13.058)
	(269.930)	(229.006)
Receita operacional líquida	1.878.939	1.761.511

23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

23.1. Energia elétrica vendida

	Consolidado			
	2022		2021	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	7.240.218	1.528.537	7.826.708	1.373.264
Comercialização de energia	2.941.344	558.267	1.758.090	456.816
Mercado de curto prazo (MCP)	845.641	50.862	206.621	156.687
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	793.805	10.696	313.918	3.302
	11.551.008	2.148.362	10.105.337	1.990.069

(*) Não auditado pelos auditores independentes

23.2. Energia elétrica comprada

	Consolidado			
	2022		2021	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	748.656	142.517	1.188.322	504.642
Comercialização de energia	2.941.514	515.375	1.754.887	563.205
Mercado de curto prazo (MCP)	18.176	1.075	233.778	48.411
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	2.187.058	52.891	1.694.276	26.758
(-) Crédito de PIS	-	(11.139)	-	(15.718)
(-) Crédito de COFINS	-	(51.306)	-	(72.397)
	5.895.404	649.413	4.871.263	1.054.901

(*) Não auditado pelos auditores independentes

A queda no custo com energia elétrica comprada se dá, principalmente, pela recuperação no cenário hidrológico (GSF) e, também, pela queda no PLD médio na comparação entre os dois anos.

23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Consolidado	
	2022	2021
Tust	162.577	149.882
Tustud	33.053	23.194
Encargos de conexão	246	147
(-) Crédito de PIS	(3.090)	(3.457)
(-) Crédito de COFINS	(14.231)	(15.923)
	178.555	153.843

As tarifas devidas pelo Grupo e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD-g e Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 13). A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a um valor estimado em 80% do encargo TUST, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust. As usinas que pagam TUST são: UHEs Jurumirim, Capivara, Chavantes e Taquaruçu, pois estão ligadas diretamente à Rede Básica. A TUSD-g remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo. As usinas do Rio Parapanema que pagam TUSD-g para acessar os centros de consumo, são: UHEs Rosana (que se encontra na área de concessão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.) e Canoas I, Canoas II e Salto Grande (que se encontram na área de concessão da Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A., antiga Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A.). As PCHs Retiro e Palmeiras (que se encontram na área de concessão da CPFL Paulista) também estão sujeitas a este pagamento. Os encargos de conexão são pagos mensalmente à CTEEP devido ao uso de instalações na tensão de distribuição (entrada de linha em 13,8 kV).

24. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência. As receitas são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos e as despesas por juros e atualização monetária sobre debêntures, variações monetárias sobre liminares e provisões para riscos.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Aplicações financeiras	1.893	1.009	43.078	16.025
Variações monetárias	324	124	11.206	11.244
Depósitos judiciais	138	63	8.920	2.667
Inadimplência CCEE	-	-	2.100	8.394
Outras	186	61	186	183
Compensação financeira	-	-	-	88.779
(-) PIS e COFINS	(9.001)	(54)	(11.381)	(922)
Outras receitas financeiras	5	31	1.293	446
	(6.779)	1.110	44.196	115.572
Despesas				
Juros	-	-	(110.409)	(82.109)
Debêntures	-	-	(110.303)	(82.010)
Outros	-	-	(106)	(99)
Variações monetárias	-	-	(81.209)	(208.173)
Atualização monetária referente a liminares CCEE	-	-	(31.084)	(124.447)
Provisões para riscos	-	-	(2.337)	(2.718)
Debêntures	-	-	(33.261)	(73.602)
Outras	-	-	(14.527)	(7.406)
Despesas plano de pensão	-	-	(6.076)	(6.093)
Outras despesas financeiras	(751)	(2)	(3.233)	(2.664)
	(751)	(2)	(200.927)	(299.039)
	(7.530)	1.108	(156.731)	(183.467)

25. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E TRIBUTOS DIFERIDOS

25.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2022		2021			
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		244.259			7.577	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(61.065)	(21.983)	(83.048)	(1.894)	(682)	(2.576)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	(24.047)	(8.657)	(32.704)	-	-	-
Equivalência patrimonial de controlada	65.401	23.545	88.946	3.803	1.369	5.172
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa	5.912	2.129	8.041	(1.909)	(687)	(2.596)
Outras adições permanentes, líquidas	24	-	24	-	-	-
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(13.775)	(4.966)	(18.741)	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	13.774	4.967	18.741	-	-	-
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	13.774	4.967	18.741	-	-	-
Ajustes correntes - exercícios anteriores	-	-	-	(8)	(4)	(12)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	13.774	4.967	18.741	(8)	(4)	(12)
Alíquota efetiva	5,6%	2,0%	7,7%	0,0%	0,0%	0,0%

Resultado antes do IRPJ e CSLL

Alíquota nominal do IRPJ e CSLL

IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação**Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva**

Juros sobre capital próprio

Incentivos fiscais

Amortização encargo credor inflacionário

Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa

Provisão liminar GSF

Outras adições permanentes, líquidas

Diferença por tributação de lucro presumido em controladas

IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado

IRPJ e CSLL correntes

IRPJ e CSLL diferidos

Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado

Ajustes correntes - exercícios anteriores

Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado**Alíquota efetiva**

Foram excluídos da apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Rio Parapanema, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos seguintes pronunciamentos técnicos: CPC 33 - Benefícios a Empregados, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações e CPC 27 - Ativo Imobilizado.

25.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Controlada indireta Rio Sapucaí Mirim é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido, portanto, não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

25.3. Benefícios diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Controlada indireta Rio Sapucaí Mirim é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido, portanto, não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

	Consolidado					
	2022		2021			
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		350.122			(2.264)	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(87.531)	(31.511)	(119.042)	566	204	770
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	953	343	1.296	-	-	-
Incentivos fiscais	2.869	-	2.869	-	-	-
Amortização encargo credor inflacionário	2.260	(73)	2.187	2.260	(73)	2.187
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa	5.913	2.129	8.042	(1.909)	(687)	(2.596)
Provisão liminar GSF	-	-	-	(333)	(120)	(453)
Outras adições permanentes, líquidas	(1.325)	(503)	(1.828)	(11)	(5)	(16)
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(5.665)	(3.196)	(8.861)	7.155	2.456	9.611
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(82.526)	(32.811)	(115.337)	7.728	1.775	9.503
IRPJ e CSLL correntes	94.614	36.897	131.511	863	431	1.294
IRPJ e CSLL diferidos	(12.088)	(4.086)	(16.174)	(8.591)	(2.206)	(10.797)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	82.526	32.811	115.337	(7.728)	(1.775)	(9.503)
Ajustes correntes - exercícios anteriores	-	-	-	(8)	(4)	(12)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	82.526	32.811	115.337	(7.736)	(1.779)	(9.515)
Alíquota efetiva	23,6%	9,4%	32,9%	341,3%	78,4%	419,7%

Foram excluídos da apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Rio Parapanema, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos seguintes pronunciamentos técnicos: CPC 33 - Benefícios a Empregados, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações e CPC 27 - Ativo Imobilizado.

25.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Controlada indireta Rio Sapucaí Mirim é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido, portanto, não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

25.3. Benefícios diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Controlada indireta Rio Sapucaí Mirim é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido, portanto, não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

	Consolidado					
	2022		2021			
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	359.847	128.391	488.238	395.480	141.486	536.966
Liminar GSF/Garantia física	39.707	14.295	54.002	31.936	11.497	43.433
Provisões para riscos	10.626	3.825	14.451	9.848	3.545	13.393
Benefício fiscal	6.835	2.461	9.296	8.212	2.956	11.168
Amortização de direito de uso	117	42	159	93	33	126
Valores recebidos a maior RTE	78	28	106	69	25	94
Ajuste atuarial plano de pensão	-	-	-	6.736	2.425	9.161
Outras provisões	3.776	1.359	5.135	5.666	2.040	7.706
Total	420.986	150.401	571.387	458.040	164.007	622.047



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais Indicadores de Gestão	2021							
	Geração	Margem %	Comercia- lização	Margem %	Administra- ção outros	Margem %	Consolidado	Margem %
Receita operacional líquida	1.346.810	100,0%	414.701	100,0%	-	100,0%	1.761.511	100,0%
Ebitda	489.169	36,3%	(16.191)	-3,9%	(7.689)	0,0%	465.289	26,4%
Lucro líquido	(8.799)	-0,7%	23.675	5,7%	(7.625)	0,0%	7.251	0,4%
Depreciação e amortização	(283.030)	-	-	-	(1.056)	-	(284.086)	-
Receita financeira	62.398	-	52.064	-	1.110	-	115.572	-
Despesa financeira	(299.035)	-	(2)	-	(2)	-	(299.039)	-
Imposto de renda e contribuição social	21.699	-	(12.196)	-	12	-	9.515	-

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

28.1.1. Classificação

O Grupo pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo através do resultado; e
- Mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Sociedade classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

28.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

28.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

28.2. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que o Grupo possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações do Grupo compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização da Rio Paranapanema, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, o Grupo, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem o Grupo a cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento

dos termos do contrato.

28.3. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

28.3.1. Considerações gerais

O Grupo participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros do Grupo estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2022		2021	
			Valor contábil	Valor mercado	Valor contábil	Valor mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	102	102	4.386	4.386
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	312.412	312.412	222.961	222.961
Aplicações financeiras vinculadas	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	1.401	1.401	1.039	1.039
Clientes	Custo amortizado	-	232.477	232.477	230.536	230.536
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.134	2.134	-	-
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	65.630	65.630	61.829	61.829
Contratos futuros de energia	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	325.604	325.604	196.185	196.185
			939.760	939.760	716.936	716.936
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	545.525	545.525	607.338	607.338
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	43.500	43.500	38.103	38.103
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	63.874	63.874	62.559	62.559
Debêntures	Custo amortizado	-	979.230	981.589	1.293.195	1.281.889
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	75.539	75.539	1.515	1.515
Contratos futuros de energia	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	240.241	240.241	110.262	110.262
			1.947.909	1.950.268	2.112.972	2.101.666

29. SEGUROS

A CTG BR mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Risco operacional	04/08/2022 a 04/08/2023	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2022 a 04/08/2023	140.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2021 a 04/08/2023	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2022 a 08/12/2023	150.000
Risco cibernético	08/09/2022 a 08/09/2023	15.000

(*) Não auditado pelos auditores independentes

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Consolidado	
	2022	2021
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	87.477	90.157
Imposto diferido sobre a realização de avaliação patrimonial	(29.742)	(30.654)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício diferido	4.880	4.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(1.659)	(1.694)
Efeito não financeiro sobre o pagamento da liminar GSF	-	594.642
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	31.080	1.903
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(10.567)	(647)
Juros sobre capital próprio prescritos	47	-
Dividendos prescritos	189	178

31. COMPROMISSOS

31.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

O Grupo possui contratos de compra e venda nos ambientes de contratação livre até:

- 2027, com contratos bilaterais.
 - Até 2026, realiza marcação a mercado dos contratos futuros de compra de energia.
- Para eventuais sobras de energia os contratos são negociados pontualmente.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

32.1. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia e suas Controladas avaliaram a decisão e concluíram que não existem impactos nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do exercício em decorrência de tal decisão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva - Membro Efetivo
Xinyang Cao - Membro Efetivo
Evandro Leite Vasconcelos - Membro Efetivo
Zhigang Chen - Membro Efetivo
José Renato Domingues - Membro Efetivo

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva - Diretor Presidente
João Luis Campos da Rocha Calisto - Diretor
Vitor Hugo Lazzareschi - Diretor
Márcio José Peres - Diretor
Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor

CONTADOR

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria
Antonio dos Santos Enraut Junior
Contador - CRC PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Rio Paranapanema Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Rio Paranapanema Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paranapanema Participações S.A. e da Rio Paranapanema Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

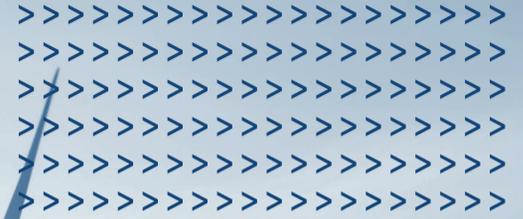
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

www.ctgbr.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

ctgbr.com.br



O futuro pede mudanças. E temos a energia para isso.

Somos a CTG Brasil, uma das líderes em geração de energia limpa no País. Atuamos de forma sustentável e temos a energia necessária para impulsionar a transição energética, criando futuros mais positivos e saudáveis.



Saiba mais sobre a nossa **Estratégia ESG.**

MAIS QUE ENERGIA. **ENERGIA LIMPA.**

